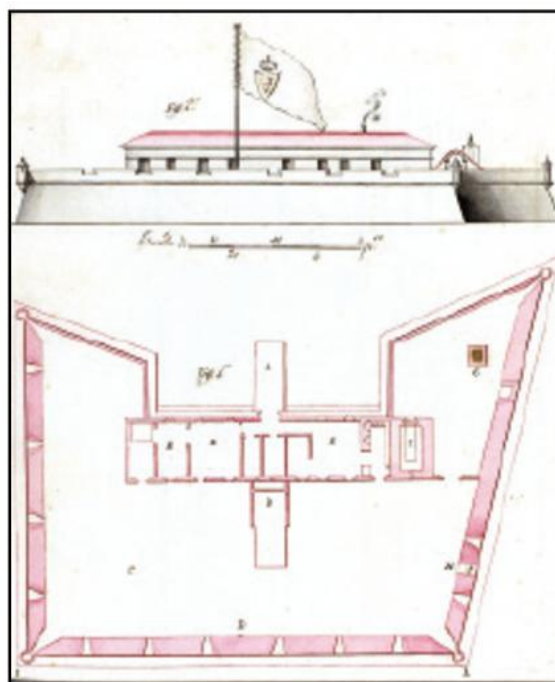


02 de julho um feriado nacional?

Adler Homero Fonseca de Castro
Pesquisador, Associado Titular do IGHMB

Em 10 de julho de 1822, uma segunda-feira, uma força portuguesa, sob o comando do capitão Joaquim José Teixeira, apelidado de “Trinta Diabos”, atacou de surpresa o Forte de São Lourenço, em Itaparica. A força lusitana inutilizou os canhões do forte e depois saqueou a Vila de Itaparica, retirando-se em seguida para Salvador.

Como explicar essa ação militar praticamente ignorada nos livros de história do Brasil? O forte não estava controlado por uma força estrangeira – sobre ele fluava a bandeira portuguesa. Os lusitanos também não estavam em guerra com ninguém. Ainda assim, foi um ataque traiçoeiro e fratricida, que resultou na morte de uma sentinela brasileira e no tratamento de civis brasileiros, indefesos, como se fossem inimigos da nação. O resultado foi uma operação militar de pequeno porte, mas de imensa importância simbólica no processo de obtenção da autonomia política para o Brasil, pois a dominação colonial por meio



Domínio público

Forte de São Lourenço com a bandeira portuguesa

da força de armas ficava evidente, embora hoje em dia, como exposto antes, o ataque é praticamente desconhecido pela sociedade: quando em visita ao Forte de São Lourenço, não foi vista uma placa ou legenda explicando a relevância da fortificação na história nacional.

A questão dos conflitos que levaram à Independência é problemática na historiografia – os livros de história – do País. Na escola estudam-se os movimentos iniciais, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), mas estes são tratados como movimentos isolados, relativos a Minas Gerais e Bahia. Não são vistos como uma reação de revolta de uma toda população colonizada contra seus opressores europeus. De fato, alguns portugueses ainda hoje se recusam a chamar o Brasil de “Colônia”, pois oficialmente a América Portuguesa nunca teve tal denominação, causando uma confusão do nome “colônia” com a situação de colonizado. Jocosamente, alguns chegam a afirmar que, com a vinda da Família Real para o Brasil, Portugal sim é que passou a ser uma colônia – um claro exagero e uma tentativa de se reescrever a história de uma maneira que não aconteceu.

Para um brasileiro do final do século XVIII e primeiros anos do XIX, não havia dúvida de sua situação de colonizado, duramente explorado em benefício dos portugueses: não eram permitidas indústrias, todo o comércio exterior devia passar primeiro por Portugal, que servia como “atravessador”, encarecendo tudo o que era comprado pelos brasileiros; não podia haver uma imprensa local ou mesmo simples oficinas gráficas; não eram permitidos estabelecimentos de ensino superior; todas as repartições mais notórias funcionavam em Portugal, geridas por pessoas nascidas lá, e mesmo os administradores coloniais no Brasil eram, na sua maior parte, europeus, restando aos nascidos na América o exercício de cargos secundários. Pagavam-se pesados impostos para sustentar o fausto da corte em Lisboa e era preciso suportar uma série de monopólios, contribuições, subsídios e “empréstimos” forçados, criados para aumentar o envio de recursos para

a Metrópole. E esses impostos, às vezes, eram irracionais: a “contribuição para a Reconstrução de Lisboa”, cidade destruída por um terremoto em 1755, e que deveria ter sido cobrada por dez anos, ainda era arrecadada na Bahia passados 50 anos do desastre natural.



Ouro depois de cobrado 20% de impostos

Mesmo nas questões militares, que deveriam ser administradas de forma centralizada por Lisboa, deve-se frisar que a defesa do País ficava a cargo de tropas coloniais, que muitas vezes se empenhavam por décadas em projetos de interesse menor para os moradores locais: o recrutamento forçado no Rio de Janeiro e em São Paulo para lutar nas Guerras do Sul era levado a ponto de as autoridades coloniais mandarem prender as famílias dos possíveis recrutas, para que estes não fugissem. Essa forma de agir gerava grande descontentamento entre os moradores: Portugal não mandava tropas para lutar aqui, eram os brasileiros que arcavam com o custo monetário e de vidas com as campanhas militares, às vezes em casos de interesses restritos à família real portuguesa.

A consequência dessas ações é que, no final do século XVIII, já havia uma noção de ser brasileiro, em oposição à de ser português nascido na América, e que a condição daqueles nascidos nesta seria uma de explorado e oprimido. Como escreveu o baiano Luís Antônio Vilhena em 1801: “Não é das menores desgraças o viver em colônias.”

As tensões entre os interesses do Brasil e de Portugal exacerbaram-se a partir do retorno de D. João VI para a Europa,

motivado por interesses lusitanos que queriam voltar à situação anterior, de clara subordinação da América aos interesses de Lisboa. Já em novembro de 1821, haviam-se iniciado conflitos entre a população local e as tropas de ocupação portuguesas na Bahia, quando os moradores de Salvador se reuniram para exigir a renúncia da Junta Provisória, criada um mês antes. Entretanto, as manifestações de brasileiros foram dispersas pela força de armas, por ordem do coronel português Madeira de Melo.

Em 18 de fevereiro de 1822, o comandante de armas da Bahia, general de brigada Freitas Guimarães, brasileiro, foi substituído pelo coronel Madeira de Melo, algo que não foi visto como aceitável por brasileiros, que se reuniram no Forte de S. Pedro para resistir a essa intervenção lusitana na política local. As forças abrigadas no forte, contudo, não tinham evidente liderança, de forma que Madeira de Melo reuniu suas unidades portuguesas e ameaçou bombardear o forte; no dia 21, o general Freitas Guimarães rendeu-se, seguindo preso para Lisboa.

Mais importante do que o incidente entre as tropas brasileiras e lusitanas foi a forma como se portaram os soldados portugueses, tratando Salvador como uma cidade inimiga conquistada, saqueando prédios e assassinando várias pessoas nas ruas e em suas casas. Foi o que aconteceu com a abadessa Joana Angélica, morta a golpes de baioneta, enquanto tentava defender o convento da Lapa de saques por parte da soldadesca desenfreada. Foi um evento que chocou as pessoas na época, pois a abadessa deveria ter uma tripla proteção contra atrocidades: era civil, mulher e religiosa. No entanto, isso não a salvou das baionetas portuguesas: era evidente a separação entre os interesses de brasileiros e lusitanos, que



"Martírio de Joana Angélica", 1821

passavam a tratar os moradores do Brasil como uma nação inimiga, a ser violentamente controlada, por meio de atrocidades contra a população.

A tensão com os portugueses foi crescendo. Poucos dias depois do ataque ao Forte de São Lourenço, a população de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, aderiu à causa de um país livre do jugo português, proclamando D. Pedro como Príncipe Regente e defensor do Brasil. Pode-se dizer que o evento, ocorrido em 25 de junho, quando a cidade se levantou em rebelião aberta contra as autoridades em Lisboa, é o verdadeiro momento inicial da Independência do Brasil, pois brasileiros declaravam um país que não mais seguiria as determinações emanadas da Europa.

Para tentar reprimir o movimento de Cachoeira, os lusitanos de Salvador enviaram uma escuna, um pequeno navio de guerra, a fim de tentar subjugar a cidade indefesa, atacando-a, assim como a vizinha

Fonte: Wikimedia Commons



Acervo do Palácio rio Branco, Salvador, BA

Aclamação de D. Pedro em Cachoeira - Antônio Parreiras, 1931.

S. Félix, com sua artilharia. Como se escreveu em uma proclamação ao Príncipe D. Pedro, a escuna “bombardeou, por alguns dias com balas e metralha não só os honrados cachoeirenses (cujo crime todo consistia em quererem ser brasileiros, e súditos de V.A.R) mas até seus inocentes edifícios”.

Entretanto, os moradores locais, usando de grande audácia e coragem, conseguiram tomar a embarcação portuguesa depois de quatro horas de combate noturno. Como escreveu o cronista Accioli, que viveu naqueles tempos:

“Foi um espetáculo tocante e maravilhoso o ver-se, que indivíduos de todas as classes, ainda mesmo aqueles que, por sua avançada idade, pouco podiam prestar-se no emprego das armas, se apresentaram unidos aos robustos, oferecendo-se a terminarem com eles a existência a bem da pátria.”

A vitória contra o navio português marcou o sucesso do movimento de autonomia em Cachoeira, que cada vez mais se configurava como uma guerra, um conflito

armado entre europeus e americanos. Na cidade, foi criada uma Junta Conciliatória e, de defesa, um governo autônomo local, que iria gerenciar as atividades de defesa.

O movimento dos brasileiros se espalhou rapidamente pelo recôncavo e pelo interior da Bahia: as câmaras municipais de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Maragogipe, Inhambupe e Itapicuru de Cima logo se juntaram a Cachoeira, aclamando o Príncipe Regente D. Pedro como governante legítimo do País, que assim deixava de estar subordinado a Lisboa. Eram cidades importantes e muito ricas, pois eram polos exportadores de açúcar para a Europa, controladas por senhores de engenho, a “nobreza da terra”, associada aos interesses do Brasil.

Salvador tinha suas lealdades divididas: na cidade viviam burocratas portugueses e ricos mercadores e lojistas, que dependiam do comércio com a Europa para a sua riqueza, vendo como importante a manutenção dos laços com Lisboa, enquanto a população mais pobre e de classe média se alinhava com o movimento da Independên-

cia. Contudo, a cidade possuía grande guarnição de tropas portuguesas, muitos deles veteranos das guerras napoleônicas, reforçados por unidades lusitanas que haviam sido expulsas do Rio de Janeiro. Além disso, Salvador era um impressionante sistema de fortificações, erguido desde o século XVII, que tinha sido capaz de suportar dois longos assédios durante as guerras holandesas, em 1638 e de 1647 a 1648. Em face dessa superioridade de meios, as forças de patriotas não tinham como atacar diretamente as posições dos inimigos portugueses na cidade.

Por sua vez, a população fora de Salvador rapidamente se mobilizou para combater o inimigo europeu, reunindo milhares de homens no “Exército Pacificador da Bahia”. Eram uns poucos homens das tropas pagas que estavam fora da capital no início das hostilidades e soldados das milícias e ordenanças das cidades do recôncavo, bem como vindos fugidos de Salvador. Contudo, a maior parte das pessoas engajadas no combate era de patriotas, homens comuns, civis, que se uniram na luta pela liberdade do País.

A presença de voluntários deve ser ressaltada, pois uma relação das forças do Exército Pacificador em abril de 1823 apontava para a presença de 9.161 combatentes e 987 funcionários civis nas forças brasileiras, um número elevadíssimo quando se considera a população de toda a província da Bahia ser composta de cerca de 350.000 habitantes, dos quais um terço eram escravos; dos restantes, outros dois terços não podiam servir, por razão de sua idade ou sexo. Ou seja, entre os homens adultos livres, aproximadamente um em cada quatro moradores da Bahia, ou 25% de todos os que tinham condições de servir, estavam combatendo no Exército Pacificador. Para efeitos comparativos, é essencial mencionar que tais números implicam que, trazidos para o Brasil de hoje, com 210 milhões



Domínio público

Soldado português na Bahia

de habitantes, seria disposto um exército de 20 milhões de pessoas, um tamanho gigantesco para a atualidade, assim como os 10.000 combatentes no Recôncavo eram um número expressivo da população da Bahia em 1822 – e o cronista Acioli cita que, em toda a Bahia, a força mobilizada pelos brasileiros chegou a 20.000 homens.

Também se deve afirmar que o Exército Pacificador foi formado por patriotas voluntariamente apresentados para combater a opressão portuguesa. Essa é outra primordial questão, pois os livros de história militar do Brasil apontam o serviço militar como sendo extremamente impopular ao longo da história colonial do País, com recrutamentos em massa, feitos à força de armas, e os recrutas conduzidos acorrentados para suas unidades.

Deve-se afirmar que a aversão ao serviço militar é inegável verdade quando se trata da maior parte do período colonial e a primeira metade do século XIX: o serviço na tropa era visto como extremamente negativo, pois os recrutas eram forçados a assentar praça sem terem uma noção de quanto tempo serviriam – podia ser pelo resto de suas vidas naturais. Também eram

enviados para locais distantes de suas casas e famílias, o que era visto como um castigo particularmente pesado para recrutas do Norte e do Nordeste, muitas vezes designados para combater no frígido clima do Rio Grande do Sul.

A tudo isso se somava o fato de que muitos conflitos em que Portugal e o Brasil se envolviam eram impopulares, por se alongarem de forma indefinida, sem terem direto interesse para os moradores do Brasil: a Legião de São Paulo, uma tropa de milicianos, que como tal não deveria ser empregada por longos períodos ou fora das fronteiras da sua Província, marchou para combater no Rio Grande do Sul em 1817, ficando lá até 1828, em evidente contravenção aos próprios regulamentos militares oficiais – e isso em um conflito que era detestado, já que o objetivo inicial da operação foi de garantir que o Uruguai permanecesse fiel à coroa espanhola, tendo em vista os desejos da Rainha Carlota Joaquina, nascida na Espanha.

A documentação sobre a Guerra da Independência do Brasil deixa claro que esse padrão de recrutamento forçado não ocorreu no conflito de 1822 a 1823. Pelo contrário, abundam exemplos de mobilização popular espontânea, em várias províncias. No Rio de Janeiro, quando forças portuguesas ameaçavam bombardear a cidade em janeiro de 1822, quatro mil moradores da cidade se reuniram para proteger a pessoa do Príncipe Regente. Em setembro do ano anterior, quando moradores de Pernambuco se sublevaram contra o governo português, instaurando uma Junta local, forças voluntárias do interior da Província foram suficientes para expulsar as tropas lusitanas que ocupavam Olinda e Recife.

No resto do País, houve um esforço de defesa conjunto, com a apresentação de

voluntários, construção de fortificações por particulares, doações de material e de mão de obra: para aumentar o recrutamento, em 30 de janeiro de 1822 foi baixado um decreto reduzindo o tempo de serviço dos voluntários que se apresentassem, de oito para três anos. Em junho de 1824, foi baixado outro decreto, fixando o tempo de serviço dos voluntários para o período até o reconhecimento da Independência do Brasil. Na Bahia, são comuns as anotações nos livros mestres das unidades, com dizeres como: “Cabo João da Costa Barbosa. Assentou praça no recôncavo dessa Província com a condição de servir até a evacuação das Tropas Portuguesas que ocupavam aquela cidade” ou “Soldado Vitorio José Nogueira. Assentou praça com a condição de servir até ser reconhecida a Independência do Brasil pelo Governo Português.”

Entre os casos mais conhecidos de voluntários para combater contra os portugueses está o do jovem de 17 anos, Luís Alves de Lima e Silva, que abandonou os estudos da Academia Militar para se apresentar como praça no Batalhão do Imperador, o qual lutaria no Recôncavo. Outro exemplo é o de Maria Quitéria, cuja condição de mulher não seria sujeita ao serviço militar, mas preferiu se apresentar, falsificando tal condição para combater os portugueses.

Mais do que simples documentos em papel, a apresentação de voluntários registrada nas anotações nos livros mestres da tropa demonstra o interesse dos mais variados estratos da população em combater a opressão portuguesa: era um momento de desestruturação da organização burocrática colonial, ao mesmo tempo que ainda não havia se implantado firmemente nova organização administrativa, de maneira que tudo o que se fazia em termos de novo exército brasileiro era, de certa forma, improvisado.



Maria Quitéria - Domenico Failutti, 1920

Deve-se asseverar que a improvisação na formação do Exército nacional criava o potencial para mudanças: um dos grupos sociais que apoiou pesadamente a causa da Independência, apresentando-se como voluntários para lutar ou trabalhando na construção de fortificações, foram os negros. O Brasil colonial era um país escravagista e havia a possibilidade de nova nação independente mudar sua organização social, de forma que houve forte apoio desses grupos, na esperança de que ocorressem mudanças sociais. Por exemplo, os irmãos Antônio Pereira Rebouças e Manuel Maurício Rebouças, pai e tio dos famosos engenheiros do II Reinado, serviram no Exército libertador; Antônio como

secretário da Junta Provisória de Governo e Manuel, soldado que se envolveu em diversos combates, passando a ser depois o escrivão do Comissariado Geral [Intendência] do Exército Patriótico.

O engajamento de homens de cor nas fileiras foi favorecido pelo princípio adotado pelo Exército Brasileiro que se formava, de aceitar recrutamento de soldados negros e pardos, uma novidade, já que no Período colonial negros e mulatos só podiam servir nas milícias e ordenanças, e ainda assim em unidades segregadas, como os Henriques, de negros, ou os regimentos de Pardos. Era um embrião – muito inicial, é verdade, – de um exército integrado, muito adiante de seu tempo se comparado com outros países.

Por outro lado, se a participação popular na Bahia foi muito importante, como consequência se formou um exército de amadores, no qual o imprevisto imperava: as tropas não tinham treinamento, os líderes não tinham conhecimento técnico, não havia armamentos suficientes ou uma infraestrutura militar para atender a todos. Um autor escreveu sobre o comando dos patriotas: “Já se achava reunida na vila de Cachoeira uma força respeitável, que se incorporava de diferentes partes a sustentar a causa proclamada, mas os comandantes desta força, tirados em geral da classe pacífica da lavoura, não eram os mais hábeis para o ensejo...”. A situação dos meios materiais não era melhor: o Arsenal e os depósitos de artigos bélicos da Bahia, assim como os armazéns reais ficavam em Salvador, sob o controle lusitano. O resultado é que não havia armas ou sequer pólvora para municiar o material existente.

Soluções tiveram que ser improvisadas, como pode ser visto no Relatório do Conselho Interino em Prol do Império, publicado em 1823. Neste consta o seguinte:

“A pólvora parte foi tirada das lojas e casas de negócio, e parte fornecida por um cidadão, que a fabrica mui perfeitamente; que o chumbo foi tirado dos sinos das igrejas, serpentinas d’alambiques e pesos das vendas, à exceção da quantidade, que ultimamente recebemos do Rio de Janeiro; que as balas ou foram conquistadas ao inimigo, ou mendigadas de porta em porta àqueles que as tinham, para o uso de pesar; que em suma o Patriotismo Baiano fizera aparecer através de sacrifícios, [tudo] quanto ali se nota.” O relatório continuava, dizendo que faltava tudo: “Superabundava apenas o desejo de livrar a Pátria do julgo colonial”.

O trecho acima se referia ao Trem, o pequeno Arsenal montado em Cachoeira, mas o relatório do Conselho Interino informa também que cada Comissão das forças de independência, estabelecidas nas vilas, tinha o próprio Trem, que fornecia os artigos para as tropas de seu distrito.

Para que os patriotas – amadores na profissão das armas – conseguissem enfrentar os veteranos soldados lusitanos em combate, foram adotadas inicialmente duas soluções simples: a primeira foi a de não se enfrentar as tropas de Madeira de Melo em campo aberto, os patriotas agindo como forças de guerrilhas, em incursões que negavam os recursos do recôncavo aos portugueses. Eram ações que incomodavam muito ao inimigo: como foi publicado em um manifesto de outubro de 1822: “Os baianos, senhor, os vencedores dos Batavos já estão livres. Preso o inimigo em suas trincheiras, não ousa avançar um passo, sem que receba das armas baianas a punição do seu tresloucado arrojo”. Forças de irregulares mantinham a pressão sobre o inimigo, algumas vezes chegando a se aproximar

das trincheiras de Salvador. No mar, foi improvisada uma flotilha de embarcações mercantes armadas, pequenos saveiros, sob o comando de João de Oliveira Botas, o “João das Botas”, que fazia uma guerra de guerrilha, aproveitando-se das pequenas dimensões dos barcos para navegarem em águas rasas, onde se protegiam dos navios portugueses, maiores, mas que não podiam se aproximar da costa.

Entretanto, enquanto os europeus mantivessem o controle das águas do Recôncavo, essas ações de guerrilha, tanto em terra como no mar, eram de pouca vantagem para o Brasil, pois os lusitanos sempre podiam ser abastecidos por via naval – em determinado momento, as forças navais disponíveis a Madeira de Melo constavam de uma nau, seis fragatas e quatro navios de guerra menores, coadjuvados por nove navios mercantes armados, tudo com 494 canhões e 3.650 marinheiros, uma força muito superior àquela que os patriotas baianos podiam improvisar.



“Soldier do Batalhão Provisório da Bahia” de Lady Maria Callcot

Arquivo da Biblioteca Nacional



Saveiro junto ao forte de S. Lourenço

A segunda medida dos patriotas, adotada desde cedo no processo da Independência, foi a de se fortificar os pontos principais do Recôncavo, de modo que os soldados de milícia se sentissem mais seguros, protegidos por trincheiras. Foram feitas pelo menos 110 novas obras defensivas na região, como forma de reduzir a superioridade numérica e de meios dos lusitanos. Essas fortificações improvisadas, muitas vezes armadas com antigos e desgastados canhões que tinham sido abandonados nos engenhos depois das guerras holandesas (1624-1654), mantiveram constante e eficaz defesa contra as incursões da esquadra portuguesa

Logo no início da rebelião, uma pequena trincheira com 12 homens foi erguida no Funil, um estreito ao sul da Ilha de Itaparica por onde passavam suprimentos para Salvador. Madeira de Melo mandou uma força de duas canhoneiras e 80 homens para atacar a posição em 29 de julho de 1822, mas o fogo dos atacantes atraiu moradores das vizinhanças, que reforçaram os 12 patriotas nas trincheiras, e todos juntos conseguiram repelir a incursão. Como foi escrito no relatório do Conselho Interino do Governo, foi ali que

“os pérfidos Lusitanos pela primeira vez conheceram o valor heroico dos baianos”.

A luta nessas trincheiras improvisadas foi muito intensa, apesar de pouco ser comentada nos livros de história: os portugueses fizeram pelo menos 23 ataques fracassados contra as trincheiras de patriotas, algumas das posições sendo investidas mais de uma vez. Destacam-se os casos da defesa das trincheiras do Saubara, atacadas duas vezes, entre os defensores das quais estava a heroína Maria Quitéria; a trincheira Maranhão, onde combateu o tenente João das Botas, que se juntara a guarnição da fortificação, lutando em terra; a bateria de São João de Mangueiros, que repeliu um ataque de 14 embarcações portuguesas ou as trincheiras do Porto Santos, onde depois de cinco horas de combate os patriotas repeliram um ataque de 17 embarcações portuguesas, armadas com no mínimo 47 canhões.

As duas medidas defensivas adotadas pelos baianos foram suficientes para conter as tropas europeias, a situação se alterando a partir da chegada de reforços enviados pelo Rio de Janeiro, compostos por uns poucos soldados profissionais, mas acompanhados de 34 oficiais que deveriam ser empregados na organização do Exército,



Fortificações no Recôncavo, 1823

sob o comando do general francês Pedro Labatut. Era a liderança profissional que faltava às improvisadas tropas baianas. No entanto, um desembarque na Bahia era impossível, de maneira que Labatut teve que, primeiro, obter o controle para as forças brasileiras das províncias de Alagoas e de Sergipe, então guarnecidas por elementos portugueses – uma operação importante, pois cortou o fornecimento de gado para os sitiados em Salvador. Labatut também obteve reforços em Pernambuco, um batalhão que marchou por terra para se juntar aos patriotas no Recôncavo.

Por sua vez, a situação dos portugueses não permaneceu inalterada, pois estes recebiam constantemente reforços de tropas fugidas de outras províncias do Brasil e de soldados vindos da Europa: no dia 31 de outubro, chegaram de Lisboa dois batalhões de infantaria, um corpo de artilharia e recrutas, comboiados por uma esquadra de dez navios.

Felizmente para a causa nacional, as forças portuguesas não fizeram um esforço concentrado para tentar derrotar no campo

de batalha as bisonhas tropas brasileiras, mantendo apenas uma política de incursões de pequeno porte: o que é erroneamente conhecido como o maior combate do conflito, a Batalha de Pirajá (8/11/1822), surgiu de uma dessas incursões, quando Madeira de Melo tentou tomar o engenho dos Cabritos, importante ponto no esquema defensivo brasileiro. A incursão foi baseada em complicado plano, com o desembarque de 250 homens na costa, que seriam apoiados por um ataque direto vindo das trincheiras da cidade. Durante o ataque, as trincheiras brasileiras foram reforçadas por um batalhão proveniente de Pernambuco, mas ainda assim as defesas começaram a se retrair, e as posições brasileiras estavam prestes a serem ocupadas, em razão da superioridade numérica lusitana.

Na Batalha de Pirajá, segundo corre a lenda, o comandante brasileiro, major José de Barros Falcão, teria ordenado a retirada para salvar suas forças da destruição. No entanto, o corneteiro Luís Lopes teria, de moto próprio, feito o toque “avançar cavalaria” e, depois, o temido toque “degola”. Os portugueses, dispersos no campo de batalha e incapazes de resistir a um ataque de cavalaria, optaram por recuar, cedendo a vitória aos brasileiros, que não tinham forças de cavalaria; a vitória foi obtida apenas pelo toque do corneteiro. Não foi uma grande vitória em termos de terreno conquistado ou de baixas causados ao inimigo – na verdade, foram muito poucos os mortos e feridos de ambos os lados – mas o sucesso das armas brasileiras teve importantíssimo papel psicológico na condução das operações, pois os soldados amadores das forças patriotas haviam conseguido derrotar os profissionais lusitanos.

Outra incursão levaria ao maior encontro da Guerra, a Batalha de Itaparica, quando nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 1823,

41 lanchões e outros barcos maiores portugueses tentaram desembarcar sem sucesso em Itaparica, nas três ocasiões repelidos pelas trincheiras brasileiras, apoiadas por algumas embarcações sob o comando de João das Botas. Foi uma relevante vitória moral: as baixas brasileiras foram desprezíveis, as portuguesas bem mais consideráveis – fala-se de 200 mortos e feridos – e mais uma vez o inimigo foi derrotado, dessa vez em um esforço considerável. Consistiu em um momento de orgulho para os nacionais, como aparece na proclamação emitida por Labatut, na qual ele escreveu:

“No porvir vossos filhos, cheios de um nobre e bem entendido orgulho, indigitando Itaparica, dirão: — Ali meu avô, o bravo Lima, derrotou a esquadrilha dos vândalos Portugueses, que oprimiam nossa pátria-, acolá meu pai, o digno Brasileiro Galvão, perdeu uma mão. Quanto é bom e honroso deixar à nossa posteridade riqueza deste cunho, que o tempo não gasta, e a traça não consome?!”

Como parte das recompensas, Itaparica recebeu a primeira bandeira imperial enviada para a Bahia, içada no Forte de S. Lourenço.

A guerra continuou com as forças brasileiras apertando o sítio e as de Madeira de Melo basicamente inativas, a não ser por algumas pequenas incursões. Isso mesmo quando ambos os lados recebiam reforços: em março, chegou do Rio de Janeiro o Batalhão do Imperador; em abril, desembarcou em Salvador uma expedição composta de três batalhões de caçadores e dois de infantaria portuguesa, aumentando ainda mais a superioridade de tropas experimentadas disponíveis às de Madeira de Melo.

A situação da guerra mudou em abril com a chegada da frota brasileira que vinha

se organizando no Rio de Janeiro. Com menos navios e menor armamento do que os portugueses, o comando das unidades navais brasileiras tinha sido dado a oficiais com agressiva posição com relação à condução da guerra marítima, muito maior do que a dos portugueses, que aceitaram ceder o controle do mar. Isso condenou o esforço militar lusitano em Salvador, pois sem o controle das águas, não podiam receber reforços ou suprimentos, colocando-os em insustentável situação. Em 10 de maio, em uma tentativa de diminuir o número de pessoas que deviam ser sustentadas em Salvador, Madeira de Melo autorizou a saída de mulheres, velhos e meninos da cidade, 9.274 pessoas se aproveitando dessa autorização para irem para as linhas brasileiras. Na mesma época realizou-se uma avaliação sobre a situação dos suprimentos, constatando-se que havia comida para apenas mais 40 ou 50 dias.

É nessa situação que os portugueses abandonam a cidade no dia 2 de julho de 1823, e o exército pacificador entrou em Salvador, passando por um arco triunfal construído pelas religiosas do convento da Soledade.

Vale reproduzir as palavras do cronista Inácio Acioli sobre o desfile das tropas: a entrada na cidade foi precedida por um corpo de exploradores, que ocupou as trincheiras e prédios públicos, seguidos por um batalhão de baianos da guarnição que tinha defendido Itaparica; o batalhão do Imperador, vindo do Rio de Janeiro; o batalhão de Pernambuco, seguido de um grupo de “defensores da pátria, quase no estado de nudez, e descalços, apresentando gravado em si o cunho das privações sofridas na constância da campanha”. Fechando a coluna, os batalhões de Henriques e de Libertos “cujo valor muitas vezes reconheceu o mencionado Labatut”. As tropas eram



Bandeira Imperial

um microcosmo de uma nova nação que se formava, independente e diferente da que existia antes.

Para encerrar, deve-se declarar que o objetivo deste artigo não é tratar da Guerra de Independência na Bahia – livros inteiros podem – e devem – ser escritos sobre esse tema, pois foi uma campanha longa e de grande importância, pode-se afirmar que decisiva, para a Independência do Brasil. O que se enseja assegurar é que, fora da Bahia, o 2 de julho é praticamente desconhecido e ignorado. Mesmo naquele estado, o feriado já teve uma importância muito grande, bem maior do que a que apresenta atualmente, uma injustiça que pode ser corrigida.

Pessoas que lidam de forma amadora com a história às vezes imaginam que ela é “fixa”, “aconteceu” e “não muda”. Por esse modo de ver, seria possível ter um conhecimento do passado que fosse tão completo que restringiria a necessidade de se fazerem novas pesquisas – afinal para que estudar a história se já se sabe de “tudo” sobre ela?

Essa forma de ver a disciplina da história, como apresentada, é a de um amador, que pode ter conheci-

mento sobre o passado, mas que não compreende como a história como matéria acadêmica é feita. Isso é muito significativo, pois ela é móvel, altera-se de acordo com o passar dos anos e como as pessoas a veem: fatos, acontecimentos e eventos aconteceram e, efetivamente, não mudam, mas é essencial ter em mente que a todo momento a sociedade está recriando seu passado. Isso é feito por uma seleção de fatos conside-

rados como relevantes e de como são vistos e interpretados na contemporaneidade.



Monumento ao 2 de julho, Salvador

Tal questão da forma como se vê o passado é notável, pois a história é uma construção, feita por historiadores, políticos, professores, escritores e outros profissionais. Não é algo que se possa dizer que é “neutra”, pois procura atender às demandas do momento e daqueles que detêm os meios de dar publicidade ao que se escreve, muitas vezes com objetivos políticos, para se enfatizar uma interpretação, ao mesmo tempo que muitas vezes se esquece de outra menos conveniente em termos de determinada proposta política.

A Independência do Brasil, tal como é estudada nos bancos escolares, é um desses tipos de construção. Em meados do século XIX e no século XX, interessava às lideranças políticas do Brasil estabelecer uma continuidade, uma relação linear e direta do passado colonial com a contemporaneidade: o Brasil da atualidade era o resultado de uma evolução contínua e pacífica que vinha desde o mais remoto passado da nação, quando ainda era uma colônia de Portugal.

Para se atingir esse objetivo, de se criar uma linha contínua com o passado, a ideia de ruptura entre um sistema de exploração colonial e um de autonomia política foi relegada a um papel secundário, enfatizando-se a ação pacífica de algumas pessoas que simbolizavam a continuidade com o passado, em especial a figura do Imperador Pedro I. Essa proposta é tremendamente injusta, pois ignora que a Independência não foi um ato individual, foi conquistada com o sangue de patriotas, que se mostraram dispostos a lutar por aquilo que consideravam ser justo. Mesmo quando os fatos são lembrados, muitas vezes a ênfase que se dá a eles pode ser vista secundária ou até mesmo desrespeitosa: no Rio de Janeiro foi inaugurada uma estátua lembrando o corneteiro Luís Lopes, mas esta mostra o personagem todo “enrolado”, e o texto na

estátua coloca em dúvida se ele se enganou ao tocar “avançar cavalaria” e “degolar o inimigo”, dois toques, em vez do toque de retirada que havia recebido ordens para executá-lo. Uma maneira de diminuir o feito e a pessoa, ainda que sejam apenas parte da mitologia do conflito.

A partir de um ponto de vista, lembra-se de que a construção de um passado contínuo, sem conflitos e pacífico, não é uma que se sustente ao se ler a história do Brasil. Mais importante, a situação do país mudou muito ao longo dos anos, e não há mais necessidade de se reforçar certos estereótipos como forma de se obter a união nacional.

Agora, o bicentenário da Independência é uma oportunidade de resgatar a memória esquecida dos patriotas que deram seu sangue pela Independência do Brasil: a Marinha bem poderia batizar um navio com o nome de João das Botas, ou poderia realizar uma solenidade no Forte de S. Lourenço, lembrando o incidente de 10 de julho de 1822. O Exército poderia promover uma solenidade para lembrar os combates de 7 a 9 de janeiro de 1823, quando patriotas baianos repeliram o ataque a Itaparica. O governo da Bahia tem o costume de transferir a capital do Estado para a cidade de Cachoeira em 25 de junho, o dia da aclamação de D. Pedro. Pergunta-se: não seria bom lembrar a importância simbólica da cidade para a história do Brasil, com a transferência por um dia, da capital do Brasil para Cachoeira?

No desfile de 2 de julho em Salvador, acredita-se que deveriam participar contingentes de unidades do Rio de Janeiro, Pernambuco e de unidades do exército do interior da Bahia, para relembrar o papel de união nacional representado pelas forças que combateram pela Independência. Julga-se também que deveria ser lida uma

ordem do dia especial em 2 de julho, em todas as unidades das Forças Armadas, em todo o território nacional, lembrando ter sido na Bahia a origem de grande nação que é o Brasil hoje.

É crucial ter em mente que ainda há tempo de se fazerem atos memoráveis à Independência, não tendo como protagonista uma única pessoa, o Imperador nas margens do Ipiranga, mas recordar o resultado da ação coletiva de pessoas comuns, que se apresentaram como voluntárias, para a defesa de um conceito: o de uma nação livre e Independente.



O Cometeiro Luís Lopes, obra de Ique Woitschach, 2004

Adler Homero Fonseca de Castro



Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990), mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1994) e doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Atualmente é pesquisador da Fundação Cultural Exército Brasileiro, pesquisador associado ao Centro de Estudo e Pesquisa em História Militar do Exército (CEPHi-MEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e assistente técnico em pesquisa do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde também atua como professor do mestrado profissional do IPHAN, onde trabalhou com processos de tombamento, tratamento de coleções arqueológicas, fiscalização de atividades arqueológicas, inclusive subaquáticas, valoração de patrimônio ferroviário e outras tarefas do Instituto. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Ciências, atuando principalmente nos seguintes temas: história militar, Brasil - história, cultura material, patrimônio histórico e ciência militar. Autor de vários artigos sobre história militar, bem como a série de livros “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”, publicados pela FUNCEB.